



PROCESSO: **856-7/2018**
PRINCIPAL: GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
ASSUNTO: CONTAS DE GOVERNO
RELATOR: ISAIAS LOPES DA CUNHA

Senhor Relator,

Trata o Processo das contas anuais de governo do Chefe do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso, relativas ao exercício de 2018, sob a responsabilidade do Governador JOSÉ PEDRO GONÇALVES TAQUES, encaminhadas a este Tribunal para apreciação nos termos dos artigos 71, I c/c 75 da Constituição Federal, art. 47, I da Constituição Estadual, art. 1º, I e 25 da Lei Complementar Estadual no 269/2007 e art. 29, I do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – RITCE-MT.

A instrução das contas está estruturada em três Relatórios Técnicos distintos elaborados pelas Secretarias de Controle Externo de Receita e Governo; de Obras e Infraestrutura; e de Previdência, sendo que o Relatório da Secex Receita e Governo consolida informações apresentadas pelas Secretarias de Controle Externo de Educação e Segurança Pública; Saúde e Meio Ambiente; e Pessoal.

Para melhor evidência dos documentos juntados ao processo, segue detalhamento por Secex:

1. Secex Receita e Governo

- a. Relatório Técnico (**Doc. nº 93934/2019**)
- b. Relatório de Análise – Repasses IPVA (**Doc. nº 92827/2019**)
- c. Relatório de Análise – Repasses ICMS (**Doc. nº 92818/2019**)
- d. Relatório de Análise – Repasses FUNDEB (**Doc. nº 92815/2019**)
- e. Anexos do Relatório Técnico



- i. Demonstrativo das despesas contraídas nos dois últimos quadrimestres – último ano de mandato (**Doc. nº 92769/2019**)
- ii. Legislações vigentes – transferências constitucionais e legais / Relatórios emitidos pelo Fiplan sobre os repasses e transferências efetuados (**Doc. nº 92766/2019**)
- iii. Relatório Técnico emitido pela Secex Educação e Segurança Pública para subsidiar a instrução das contas (**Doc. nº 92754/2019**)
- iv. Relatório Técnico emitido pela Secex Saúde e Meio Ambiente para subsidiar a instrução das contas (**Doc. nº 92752/2019**)

2. Secex Previdência

- a. Relatório Técnico (**Doc. nº 91725/2019**)
- b. Anexos do Relatório Técnico
 - i. Anexo 01 – Ofício nº 165/2019/GAB/MTPREV (**Doc. nº 91728/2019**)
 - ii. Anexo 02 – Total dos atrasos por dia do exercício de 2016 a 2018 (**Doc. nº 91731/2019**)
 - iii. Anexo 03 – Proposta de revisão da estrutura do MTPREV (**Doc. nº 91732/2019**)
 - iv. Anexo 04 – Relatório de avaliação atuarial 2018 (**Doc. nº 91734/2019**)
 - v. Anexo 05 – Balanço Patrimonial – 2018 – Consolidado do Estado de Mato Grosso (**Doc. nº 91736/2019**)
 - vi. Anexo 06 – Processo nº 44535/2018, referente à regularização de contribuições previdenciárias pendentes de repasse ao MTPREV (**Doc. nº 91737/2019**)

3. Secex Obras e Infraestrutura

- a. Relatório Técnico (**Doc. nº 91105/2019**)
- b. Anexos do Relatório Técnico
 - i. Anexo I – Solicitações de Informações e Documentos (**Doc. nº 91110/2019**)



- ii. Anexo II – Portaria nº 040/2019/TCE-MT (**Doc. nº 91111/2019**)
- iii. Anexo III – Formulário de obras – SECID (**Doc. nº 91113/2019**)
- iv. Anexo IV – Formulário de obras – SINFRA (**Doc. nº 91115/2019**)
- v. Anexo V – Formulário de obras – SEDUC (**Doc. nº 91117/2019**)
- vi. Anexo VI – Relação das obras paralisadas e rescindidas – Geo Obras (**Doc. nº 91121/2019**)
- vii. Anexo VII – Anexo I da Lei nº 10571/2018 (LDO/2018) – Metas e prioridades para o exercício de 2018 (**Doc. nº 91123/2019**)
- viii. Anexo VIII – Relação de empenhos relacionados aos PAOE 1283, 1287 e 2217 (**Doc. nº 91127/2019**)
- ix. Anexo IX – Relação das obras “iniciadas” ou “reiniciadas” sem medições nos últimos 3 meses de 2018 – SINFRA, SECID, SECOPA e SEDUC (**Doc. nº 91131/2019**)
- x. Anexo X – Relação de obras “iniciadas” ou “reiniciadas” sem medições nos últimos 3 meses de 2018 (**Doc. nº 91133/2019**)

Destaca-se que **a citação do governador deve conter todos os documentos relacionados acima**, considerando que os Relatórios de Análise e os Anexos do Relatório Técnico apresentam detalhamentos sobre metodologias de análises e evidências das irregularidades apontadas pelas equipes técnicas.

Visando dar continuidade ao fluxo processual estabelecido pelo TCE-MT, encaminha-se o processo para que seja feita citação do Governador do Estado para que apresente suas manifestações de defesa sobre as seguintes irregularidades:

SECEX RECEITA E GOVERNO (DOC Nº 93934/2019)

1. DB08 GESTÃO FISCAL/FINANCEIRA_GRAVE_08. Ausência de transparência nas contas públicas, inclusive quanto à realização das audiências públicas (arts. 1º, § 1º, 9º, § 4º, 48, 48-A e 49 da Lei Complementar 101/2000).

1.1 Não foram realizadas, pelo Poder Executivo, audiências públicas no processo de elaboração da proposta da LDO-2018, em desconformidade com o que dispõe o art. 48, §1º, I, da LRF (**Tópico 3.2.**).



1.2 Não foram realizadas, pelo Poder Executivo, audiências públicas no processo de elaboração da proposta da LOA-2018, em desconformidade com o que dispõe o art. 48, §1º, I, da LRF (**Tópico 3.3.**).

1.3 Não foram realizadas, de forma tempestiva, as audiências públicas exigidas pelo artigo 9º, § 4º, da LRF para avaliação do cumprimento das metas fiscais, bem como não divulgação prévia das datas de ocorrência destes eventos (**Tópico 7.3.**).

2. FB13 PLANEJAMENTO/ORÇAMENTO_GRAVE_13. Peças de Planejamento (PPA, LDO, LOA) elaboradas em desacordo com os preceitos constitucionais e legais (arts. 165 a 167 da Constituição Federal).

2.1 A elaboração do projeto da LOA-2018 não guarda compatibilidade com a LDO-2018, considerando que a Lei do Orçamento não observou o Resultado Primário projetado no Anexo de Metas Fiscais (**Tópico 3.3.**).

3. FB02 PLANEJAMENTO/ORÇAMENTO_GRAVE_02. Abertura de créditos adicionais, Suplementares ou Especiais, sem autorização legislativa ou autorização legislativa posterior (art. 167, V, da Constituição Federal; art. 42 da Lei 4.320/1964).

3.1 Abertura de créditos adicionais suplementares sem a prévia autorização legislativa (**Tópico 3.3.2. “b”**).

4. FB10 PLANEJAMENTO/ORÇAMENTO_GRAVE_10. Transposição, remanejamento ou transferências de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa (art. 167, VI, da Constituição Federal).

4.1 Realização de transposições, remanejamentos e transferências de créditos orçamentários sem a prévia autorização em leis específicas. (**irregularidade reincidente**) (**Tópico 3.3.2. “d”**)



5. FB03 PLANEJAMENTO/ORÇAMENTO_GRAVE_03. Abertura de créditos adicionais por conta de recursos inexistentes: excesso de arrecadação, superávit financeiro, anulação total ou parcial de dotações e operações de crédito (art. 167, II e V, da Constituição Federal; art. 43 da Lei 4.320/1964).

5.1 Houve a abertura de créditos adicionais, por excesso de arrecadação, no valor de R\$ 26.700.855,99 sem a correspondente existência de recursos disponíveis (**Tópico 3.3.2. “e”**)

5.2 Houve a abertura de créditos adicionais, por superávit financeiro de exercício anterior, no valor de R\$ 233.712.109,81 sem a correspondente existência de recursos disponíveis (**Tópico 3.3.2. “f”**).

6. NA01 DIVERSOS_GRAVÍSSIMA_01. Descumprimento de determinações com prazo, exaradas pelo TCE-MT em decisões singulares e/ou acórdãos (art. 262, parágrafo único da Resolução nº 14/2007 – RITCE).

6.1 Não encaminhamento ao Tribunal de Contas do inventário dos benefícios fiscais vigentes concedidos pelo Estado, com a quantificação de valores e a avaliação gerencial (custo/benefício) de tais benefícios, em descumprimento à determinação constante no Parecer Prévio nº 03/2018, referente às Contas de Governo do exercício de 2017, contrariando o parágrafo único, do art. 262 da Resolução nº 14/2007 – RITCE (**Tópico 4.2.2.**).

7. NB 99 DIVERSOS_GRAVE_99. Irregularidade referente ao assunto “Diversos”, não contemplado em classificação específica na Resolução Normativa do TCE-MT nº 17/2010.

7.1 Não comprovação da instituição de mecanismos efetivos de controle dos incentivos fiscais programáticos, em descumprimento à determinação constante no Parecer Prévio nº 03/2018, referente às Contas de Governo do exercício de 2017 (**Tópico 4.2.2.**).



8. JB01. Despesa_Grave_01. Realização de despesa consideradas não autorizadas, irregulares, lesivas ao patrimônio público, ilegais e/ou ilegítimas (art. 15 da Lei Complementar 101/2000; artigo 4º da Lei 4.320/1964).

8.1 Realização de despesas no montante de R\$ 79.849.455,93 sem a necessária autorização legislativa, ou seja, sem onerar as dotações orçamentárias aprovadas pela Lei do Orçamento ou seus créditos adicionais (**Tópico 4.3. “d”**).

9. DA 02. Gestão Fiscal/Financeira_Gravíssima_02. Ocorrência de déficit de execução orçamentária (art. 169 da Constituição Federal; arts. 1º, § 1º, 4º, I, “b” e 9º da Lei Complementar 101/2000; art. 48, “b”, da Lei 4.320/1964).

9.1 Ocorrência de déficit de execução orçamentária no valor de R\$ 425.065.325,57, acarretando o desequilíbrio das contas públicas estaduais e violando as disposições inseridas no artigo 1º, § 1º, da LRF (**Tópico 4.4.**).

10.DB 03. Gestão Fiscal/Financeira_Grave. Cancelamento de Restos a Pagar processados sem comprovação do fato motivador (art. 37, caput da Constituição Federal; art. 3º, caput da Resolução Normativa TCE no 11/2009).

10.1 Houve o cancelamento de Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados no montante de R\$ 42.520.736,31 sem a comprovação do fato motivador, em descumprimento ao disposto no art. 3º da Resolução Normativa TCE no 11/2009 (**Tópico 5.1.1.**).

11.CB 02. Contabilidade_Grave. Registros contábeis incorretos sobre fatos relevantes, implicando na inconsistência dos demonstrativos contábeis (arts. 83 a 106 da Lei 4.320/1964 ou Lei 6.404/1976).

11.1 Houve inobservância aos prazos de implementação total dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais previstos na Portaria STN nº 548/2016 referentes a mensuração, o reconhecimento e a evidenciação: dos ajustes para perdas da Dívida Ativa; das provisões para férias e 13º salário de servidores; das provisões matemáticas previdenciárias; e, dos créditos a receber (exceto tributários e previdenciários) e respectivos encargos moratórios e ajustes para perdas. A inexistência ou retardamento na implementação destes procedimentos comprometem a integridade do Balanço Patrimonial do exercício de 2018 (**Tópico 5.3.1.**).



12.AB99. Limite Constitucional/Legal_Grave_99. Não-aplicação do percentual mínimo de 2,5% da Receita Corrente Líquida (RCL) na Manutenção e Desenvolvimento da UNEMAT (artigo 246 da Constituição do Estado de Mato Grosso de 1989).

12.1 Não houve a aplicação de recursos pelo Estado na Manutenção e Desenvolvimento da UNEMAT no percentual mínimo de 2,5% da sua RCL, conforme definido no artigo 246 da CE/89, configurando um montante não aplicado de R\$ 6.247.154,83 (**Tópico 6.1.3. “c”**).

13.AA04 LIMITES CONSTITUCIONAIS/LEGAIS_GRAVÍSSIMA_04. Gastos com pessoal acima dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (arts. 19 e 20 da Lei Complementar 101/2000).

13.1 Houve a execução de despesas com pessoal do Poder Executivo acima do limite máximo percentual de 49% da RCL estabelecido no art. 20, II, "c", da LRF, sendo apurado, no exercício de 2018, o percentual de 57,89% da RCL (**Tópico 6.3.1.1. “d”**).

14.DB 01. Gestão Fiscal/Financeira_Grave. Não-expedição de ato determinando limitação de empenho e movimentação financeira, nos casos e condições estabelecidos em lei (art. 5, III, da Lei 10.028/2000; arts. 4º, I, “b” e 9º da Lei Complementar 101/2000).

14.1 Ausência de contingenciamento das despesas discricionárias suficiente para fazer cumprir a meta de Resultado Nominal fixada no Anexo de Metas Fiscais da Lei 10.571/2017 (LDO-2018) (**Tópico 7.2.**).

15.DB 99. Gestão Fiscal/Financeira_Grave. Irregularidade referente à Gestão Fiscal/Financeira, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa do TCE-MT nº 17/2010.

15.1 O Estado de Mato Grosso não instituiu o Conselho Estadual de acompanhamento, controle social, comprovação e fiscalização dos recursos do FUNDEB para o exercício de 2018, conforme estabelece o artigo 24 da Lei Federal nº 11.494/2007 (**Tópico 8.1.1**).



15.2 O Governo do Estado durante o exercício de 2018 atrasou sistematicamente os repasses da cota-parte do IPVA aos municípios, sendo o maior atraso de 19 dias detectado em janeiro/2018. Como consequência os municípios deixaram de receber dentro do exercício de 2018 o valor de R\$ 4.696.968,85, impactando em sua execução financeira e orçamentária **(Tópico 8.3.)**.

15.3 Não repasse integral de duodécimos do exercício de 2018 de R\$ 736.624.153,37 por parte do Poder Executivo Estadual, aos demais Poderes e órgãos autônomos, o que desrespeita o princípio constitucional da separação e harmonia dos Poderes (art. 2º, da CF/88), o art. 18 da Lei Estadual nº 10.490/2016 (LDO), o art. 40 do Decreto estadual 835/2017 **(Tópico 8.4.)**.

16.DA 01. Gestão Fiscal/Financeira_Gravíssima. Contração de obrigação de despesa nos dois últimos quadrimestres do mandato sem que haja disponibilidade financeira (art. 42, caput e parágrafo único da Lei Complementar nº 101/2000).

16.1 O Governo do Estado de Mato Grosso contraiu despesas nos dois últimos quadrimestres de 2018, no valor de R\$ 756.477.721,29, sem a suficiente existência de disponibilidade financeira, infringindo o art. 42, *caput*, parágrafo único, da LRF **(Tópico 9.1.)**.

17.NA01 DIVERSOS_GRAVÍSSIMA_01. Descumprimento de determinações com prazo, exaradas pelo TCE-MT em decisões singulares e/ou acórdãos (art. 262, parágrafo único da Resolução nº 14/2007 – RITCE).

17.1 Não cumprimento das determinações exaradas no Parecer Prévio nº 04/2015, referente aos itens: 02; 11; 14; 17; 18; 19; 21; 23; 26.

17.2 Não cumprimento das determinações exaradas no Parecer Prévio nº 01/2016, referente aos itens: 06; 07.

17.3 Não cumprimento das determinações exaradas no Parecer Prévio nº 02/2017, referente aos itens: 03; 04; 05; 06; 08; 11; 13; 14; 15.

17.4 Não cumprimento das determinações exaradas no Parecer Prévio nº 03/2018, referente aos itens: 01; 02; 03; 04; 08; 09; 10; 13; 14; 16; 17; 19; 21; 26; 28; 29; 30; 31; 32; 45; 49; 51.



SECEX PREVIDÊNCIA – DOC. Nº 91725/2019

1. LB 22. Previdência_Grave_22. Existência, no ente, de mais de um RPPS e de mais de uma unidade gestora com finalidade de administrar, gerenciar e operacionalizar o regime (art. 40, §20, da Constituição Federal; art. 7º da ON MPS/SPS nº 02/2009).

1.1. Ausência de cronograma com prazos, metas e ações relativos à estruturação da MTPREV para centralização das atividades previdenciárias do Estado e de elaboração do diagnóstico sobre a situação dos inativos, receitas de contribuições e despesas previdenciárias, impacto fiscal, orçamentário, financeiro, a real situação dos limites de gastos estabelecidos pela LRF e o cálculo do déficit atuarial considerando a integração dos Poderes e Órgãos Autônomos, contrariando o estabelecido no art. 50, da Lei Complementar nº 530/2014, no Parecer Prévio nº 01/2016 (Processo nº 2.339-6/2015) e no Parecer Favorável nº 3/2018 – TP (Processo nº 8.171-0/2018). (Tópico 2.1.)

1.2. Quadro de pessoal da MTPREV insuficiente e inadequado, visto a ausência de preenchimento de cargos efetivos vagos, bem como a elevada proporção de terceirizados no lotacionograma, caracterizando ainda a necessidade de incremento de pessoal para o atendimento das demandas após a integração dos Poderes e Órgãos Autônomos. (Tópico 2.1.)

1.3. Ausência de adoção de medidas efetivas e/ou gradativas para a centralização do comando, coordenação ou controle dos pagamentos dos aposentados e pensionistas pela MTPREV, em desacordo com o inciso II do art. 2º da Lei Complementar nº 560/2014 a Nota Técnica SEI nº 11/2017 /CGACI/SRPPS/SPREV-MF. (Tópico 2.2.)

2. LB 11 Previdência_Grave_11. Ausência de cadastro dos segurados e dependentes atualizado e confiável (arts. 12 a 15, da Portaria MPS nº 403/2008).

2.1. Inexistência de elaboração do plano de ação junto ao Conselho de Previdência, para atualização das informações funcionais de todos os segurados constantes na base cadastral dos Poderes e Órgãos Autônomos, a fim de mantê-la completa, consistente e fidedigna, em desconformidade com o Parecer Prévio nº 3/2018 – TP. (Tópico 3.2.)

3. LB 99. Previdência_Grave_99. Irregularidade referente à Previdência, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa do TCE-MT nº 17/2010.

3.1. Desequilíbrio financeiro do custo normal, visto a prática de alíquotas não condizentes com



os recursos necessários para o custeio dos benefícios previdenciários concedidos. (Tópico 5.1.)

4. LB 99. Previdência_Grave_99. Irregularidade referente à Previdência, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa do TCE-MT nº 17/2010.

4.1. Ausência do estabelecimento de um Plano de Amortização do Déficit Atuarial (Tópico 5.2.)

5. CB 01. Contabilidade_Grave_01. Não contabilização de atos e/ou fatos contábeis relevantes que impliquem na inconsistência dos demonstrativos contábeis (arts. 83 a 106, da Lei nº 4.320/1964 ou Lei nº 6.404/1976).

5.1. Ausência de registro das provisões matemáticas previdenciárias do Poder Legislativo e da Defensoria Pública impactando diretamente no Balanço Consolidado do Estado de Mato Grosso. (Tópico 6.)

6. DB 07. Gestão Fiscal/Financeira_Gravíssima_07. Não-recolhimento das cotas de contribuição previdenciária descontadas dos segurados à instituição devida (arts. 40, 149, § 1º e 195, II, da Constituição Federal; art. 168- A do Decreto-Lei nº 2.848/1940).

6. DB 09. Gestão Fiscal/Financeira_Grave_09. Inadimplência no pagamento da contribuição patronal, débito original ou parcelamento

6.1. Inadimplência no repasse e/ou recolhimento de contribuições previdenciárias devidas à MTPREV, relativamente ao exercício de 2018, no montante de R\$ 123.966.283,77 (Tópico 8.1.)

7. LB 99. Previdência_Grave_99. Irregularidade referente à Previdência, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa do TCE-MT nº 17/2010.

7.1. Repasse/recolhimento em atraso de contribuições previdenciárias devidas à MTPREV, relativamente ao exercício de 2018, ocasionando prejuízos financeiros, pela impossibilidade de investimento, em tempo oportuno, dos recursos recebidos a título de contribuição previdenciária. (Tópico 8.2.)

7.2. Ausência de atualização (multa e/ou juros) quando do repasse/recolhimento em atraso de contribuições previdenciárias devidas à MTPREV, relativamente ao exercício de 2018. (Tópico 8.2.)

8. LB 99. Previdência_Grave_99. Irregularidade referente à Previdência, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa do TCE-MT nº 17/2010.



8.1. Descumprimento dos preceitos legais para a obtenção do Certificado de Regularidade Previdenciária de forma administrativa, sendo necessária a obtenção via judicial. (Tópico 10.)

9. LB 99. Previdência_Grave_99. Irregularidade referente à Previdência, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa do TCE-MT nº 17/2010.

9.1. Ineficiência na atuação do Conselho de Previdência, tendo em vista a não realização das reuniões ordinárias legalmente previstas. (Tópico 11.)

SECEX OBRAS E INFRAESTRUTURA – DOC. Nº 91105/2019

1. FB99. Planejamento/Orçamento Grave_99. Irregularidade referente à Planejamento/Orçamento, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa nº 17/2010 – TCE-MT.

1.1 Ineficácia na execução do Orçamento relativo a Investimentos. (Tópico 2)

2. FB 11. Planejamento/Orçamento_Grave_ 11. Inclusão de novos projetos na Lei Orçamentária sem que sejam atendidos os em andamento e/ou contempladas as despesas de conservação do patrimônio público (art. 45 da Lei Complementar 101/2000).

2.1 Descontinuidade de obras sob a responsabilidade do Governo do Estado, bem como a formalização de novas contratações em detrimento da continuidade de contratos já formalizados, afrontando dessa forma o Art. 45 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LC 101/2000 e art. 37, caput da CF. (Tópico 3)

3. NB 99. Diversos_Grave_ 99. Irregularidade referente ao assunto “Diversos”, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa do TCEMT nº 17/2010.

3.1 Ineficiência no alcance das metas e prioridades estabelecidas na LDO 2018 para as Ações de Governo 1283, 1287, 1763, 2217 e 3343. (Tópico 4)

3.2 Não adoção de medidas eficazes no sentido de recompor o quadro de pessoal efetivo da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (Tópico 5)

Considerando os Relatórios Técnicos emitidos pelas Secretarias de Controle



Externos Especializadas, assim como os Relatórios de Análise e os Anexos dos Relatórios Técnicos, segue processo para que seja procedida a devida citação do ex-Governador do Estado de Mato Grosso, senhor Pedro Gonçalves Taques, para que apresente sua manifestação de defesa sobre as irregularidades apontadas preliminarmente.

É a informação.

Secretaria de Controle Externo de Receita e Governo do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, Cuiabá - MT, 06 de maio de 2019.

(Assinatura Digital)

Joel Bino do Nascimento Júnior
Secretário de Controle Externo de Receita e Governo
Coordenador Geral (Portaria nº 40/2019)